

Ata da Vigésima Sétima Sessão Ordinária, do terceiro ano da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos dezessete de novembro de dois mil e onze, às dezenove e trinta horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri. Vice-Presidente Sr. Fábio Augusto Pina. Secretários Srs. Rubens das Virgens e Alfredo Chiavegato Neto. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente proferiu o seguinte texto: Primeira Carta aos Tessalonicenses – Capítulo 5, versículos 1 a 6: “No que diz respeito ao tempo e circunstâncias, não preciso escrever nada para vocês, irmãos. Vocês já sabem que o dia do Senhor chegará como ladrão à noite. Quando as pessoas disserem: ‘Estamos em paz e segurança’, então de repente a ruína cairá sobre elas, como dores do parto para a mulher grávida, e não conseguirão escapar. Mas vocês, irmãos, não vivem em trevas, de tal modo que esse dia possa surpreendê-los como um ladrão. Porque todos vocês são filhos da luz e filhos do dia. Não somos da noite nem das trevas. Portanto, não fiquemos dormindo como os outros. Estejamos acordados e sóbrios.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, foi colocada em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: primeiramente, o Sr. Edison Cardoso de Sá pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, do projeto, dos Requerimentos e das Indicações dos Senhores Vereadores, bem como das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir,

foram lidas as ementas dos seguintes ofícios do Senhor Prefeito: 1. Ofício DER nº 054/2011, encaminhando Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre o Mapa Genérico de Valores e fixa os critérios de apuração do Valor Venal dos Imóveis, para efeito de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, no exercício de 2012, e dá outras providências; 2. Ofício DER nº 055/2011, encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre o desconto no IPTU, quando pagos em parcela única; 3. Ofício DER nº 056/2011, encaminhando Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre concessão de gratificação por risco de morte aos Bombeiros Civis Municipais; 4. Ofício DER nº 057/2011, encaminhando Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre concessão de gratificação por risco de morte aos Guardas Municipais, Coordenadores de Operações da Guarda Municipal e Diretor de Guarda Municipal; 5. Ofício DER nº 058/2011, encaminhando Projeto de Lei que autoriza o Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, objetivando delegar ao Estado o exercício das atribuições que especifica, e conceder pro labore aos servidores públicos estaduais, da forma que especifica, e dá outras providências; 6. Ofício DER nº 059/2011, encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre o tempo para atendimento do usuário em agências bancárias e demais estabelecimentos de crédito, e dá outras providências; 7. Ofício DER nº 060/2011, encaminhando Projeto de Lei Complementar que substitui o Anexo IV da Lei Complementar nº 192/2011, que versa sobre o quadro de servidores da Prefeitura, e dá outras providências; 8. Ofício DER nº 061/2011, encaminhando Projeto de Lei que dá nova redação ao art. 32, da Lei nº 2.025/2010, que dispõe sobre a organização dos serviços de transporte público coletivo de passageiros no Município de Jaguariúna, e dá outras providências; 9. Ofício DER nº 062/2011, encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para celebrar termos diversos com a Federação Paulista de Futebol visando sediar a Copa São Paulo de Futebol Junior – 2012, e dá outras providências; 10. Ofício DER nº 063/2011, encaminhando Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Jaguariúna – PDJ, e dá outras providências; 11. Ofício DER nº 064/2011, encaminhando Projeto de Lei Complementar que acresce, revoga e dá nova redação a dispositivos que especifica da Lei Complementar nº 97/2004, que dispõe sobre o parcelamento e o ordenamento do uso e da ocupação do solo do Município de Jaguariúna, e dá outras providências; 12. Ofício DER nº 065/2011, encaminhando Projeto de Lei que acrescenta o § 2º ao art. 1º, da Lei nº 1.578/2004, que dispõe sobre limitar em até 04 (quatro) pavimentos a construção de novos edifícios de apartamentos

multifamiliares ou de qualquer outra natureza, e dá outras providências; depois de lidos, foram os referidos projetos encaminhados para as Comissões Permanentes, para parecer. 13. Ofício SEGOV nº 0664/2011, dando resposta ao Requerimento nº 109/2011 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando informações sobre os projetos da Municipalidade para o Estádio Santa Maria – Campo do Padre; 14. Ofício SEGOV nº 0698/2011, dando resposta ao Requerimento nº 141/2011 do Sr. Rubens das Virgens solicitando informações do motivo de não ter sido atendida a solicitação de melhorias da iluminação da rua Oswaldo Vicentini, no trecho que liga o bairro Jardim Sylvio Rinaldi à Vila São José, entre outra questão; 15. Ofício SEGOV nº 0702/2011, acusando recebimento da Moção nº 097/2011, da Sra. Karina Valéria Rodrigues e Outros, de congratulações e louvor a todos os funcionários públicos da Cidade pelo seu dia, comemorado em 28 de outubro; 16. Ofício SEGOV nº 719/2011, acusando recebimento das Indicações nºs: 364, 365 e 366/2011 da Sra. Maria Nalva Vieira Gama; 360/2011 do Sr. Rainero Venturini; 361 e 362/2011 da Sra. Karina Valéria Rodrigues; 363/2011 do Sr. Edison Cardoso de Sá; 17. Ofício SEGOV nº 0720/2011, acusando o recebimento do Requerimento nº 152/2011 da Sra. Maria Nalva Vieira Gama, solicitando informações sobre a existência de para-raios em todos os prédios públicos municipais, entre outra questão; 18. Ofício SEGOV nº 0721/2011, acusando o recebimento do Requerimento nº 151/2011 da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando informações sobre quais os procedimentos para a obtenção de licença para trabalhar como taxista no Município. A seguir, dos Senhores Vereadores foram lidas as ementas das seguintes proposituras: Projeto de Resolução da Mesa da Câmara Municipal, que dispõe sobre a concessão de Cesta Natalina aos servidores da Câmara Municipal, depois de lido foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; Requerimentos: 1. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a previsão para atendimento da Indicação nº 285/2011, de sua autoria, que solicita medidas que especifica na rua João Voltan no bairro Nova Jaguariúna; 2. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a previsão para realização de concurso público para o cargo de motorista; 3. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informações sobre os planos e prioridades de cada Secretaria Municipal para o ano de 2012; 4. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a limpeza pública do Município que não está sendo satisfatória à população, entre outra questão; 5. Do Sr. Edison Cardoso de Sá solicitando à empresa TIM Brasil informações sobre o serviço

de telefonia celular em nossa cidade. Indicações: 1. Do Sr. Edison Cardoso de Sá solicitando ao Executivo Municipal manutenção do Parque Serra Dourada no bairro Dr. João Aldo Nassif; 2. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal benfeitorias para a Terceira Idade conforme especifica, atendendo reivindicações de representante daquela classe; 3. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal recapeamento da rua Amoreira, no bairro Roseira, especialmente, no trecho onde foi aberto para troca da tubulação da rede de esgoto; 4. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal limpeza geral dos terrenos baldios no Jardim Sylvio Rinaldi I e II; 5. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal rondas diárias da Guarda Municipal, em todos os períodos, nos bairros: Jardim Sylvio Rinaldi I e II; Jardim Europa; Residencial Arco Íris e Vila Jorge Zambom; 6. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal operação “tapa buracos” na estrada de acesso ao Bairro Santo Antonio do Jardim, e em todas as ruas do mesmo, e ainda que sejam cobertas as quadras poliesportivas daquele bairro; 7. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal realização de campanha de prevenção e conscientização sobre a AIDS; 8. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal reparos e manutenção dos equipamentos e brinquedos recreativos do Parque Linear, notadamente, àqueles localizados em frente da Vila Guilherme; 9. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal dedetização da rua Osvaldo Tonini, no bairro Nova Jaguariúna; 10. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal limpeza na rua Luiz Fernandes Costódio, e toda extensão da linha férrea, na Vila Guilherme; 11. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal aparar a grama da Praça Holambra e operação tapa buracos em toda extensão da Av. Vincenzo Granghelli, no Bairro Dr. João Aldo Nassif; 12. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal operação tapa buracos para conservação da pavimentação asfáltica das vias públicas em toda a cidade. Moções: 1. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues de Congratulações e Louvor ao Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro; 2. Do Sr. Edison Cardoso de Sá de Congratulações e Louvor ao Sr. Aldo Rebelo, Ministro do Esporte e ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil); 3. Do Sr. Rubens das Virgens de pesar pelo passamento do Sr. Geraldo Domiciano da Silva, ocorrido em 29 de outubro pp, aos 80 anos, nesta cidade. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado nº 002143/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de

R\$ 66.466,50; 2. Comunicado nº 000272/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 23.841,65; 3. Ofício Circular Externo/MDS/SNAS/DEFNAS/CGEOF/ nº 050/2011 do Fundo Nacional de Assistência Social sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 14.828,95; 4. Carta do Sr. Flávio Fernandes Pacetta agradecendo a outorga do Título de Cidadão Jaguariunense, concedido através do Decreto Legislativo nº 214, de autoria do Sr. Edison Cardoso de Sá. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as Proposituras abaixo relacionadas, comunicando que, se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: primeiramente, o Sr. Airton Braulino Jorge apresentou requerimento verbal, baseado no Art. 243, I, e § 3º do Regimento Interno, solicitando que a votação das proposições acontecesse pelo processo simbólico, onde os que estivessem de acordo permaneceriam sentados, e os contrários se levantariam, visto o acúmulo de proposições; em discussão e votação o requerimento verbal, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as proposições, pelo processo simbólico, conforme preceituava o § 1º do Artigo 243, comunicando que os Vereadores que fossem favoráveis permanecessem sentados, e os que fossem contrários ficassem em pé: 1. Requerimento do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a previsão para atendimento da Indicação nº 285/2011, de sua autoria, que solicita medidas que especifica na rua João Voltan no bairro Nova Jaguariúna, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a previsão para realização de concurso público para o cargo de motorista, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informações sobre os planos e prioridades de cada Secretaria Municipal para o ano de 2012, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a limpeza pública do Município que não está sendo satisfatória à população, entre outra questão, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento do Sr. Edison Cardoso de Sá solicitando à empresa TIM Brasil informações sobre o serviço de telefonia celular em nossa cidade, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Moção da Sra. Karina Valéria Rodrigues de Congratulações e Louvor ao Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de

novembro, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 7. Moção do Sr. Edison Cardoso de Sá de Congratulações e Louvor ao Sr. Aldo Rebelo, Ministro do Esporte e ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil), em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 8. Moção do Sr. Rubens das Virgens de pesar pelo passamento do Sr. Geraldo Domiciano da Silva, ocorrido em 29 de outubro pp, aos 80 anos, nesta cidade, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomaria a palavra o Vereador Airton Braulino Jorge que a passou; tomou a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto que desejou boa noite à todos e disse que gostaria de usar a palavra e, primeiramente, ele dirigiu a palavra dele aos vigilantes do município de Jaguariúna que, de uma certa forma, estavam sendo cobrados para desempenharem um trabalho que estava difícil em virtude da falta de condições que o Município estava dando àquelas pessoas para desempenharem os trabalhos delas; estavam sendo, além de não ter o uniforme devido, o material devido para fazer o trabalho, além do número reduzido de pessoas nos parques municipais, tanto para tomar conta dos parques, como para ver a manutenção do dia-a-dia, estavam sendo obrigados a coibir delitos de delinquentes onde o papel principal seria da Guarda Municipal; tinha um ofício por parte da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer, para que os vigilantes tomassem atitudes contra os fatos que estavam ocorrendo no Ginásio Altino Amaral e também no Parque Tião Arruda - Américo Tonietti, existia apenas um guarda para tomar conta de todo parque, além de ficar na portaria, tinha que fazer ronda, aquilo estava dificultando demais o trabalho deles, e eles estavam sendo cobrados para desempenharem também aquela função que era da Guarda Municipal e que era da Polícia Militar; o parque estava todo com o alambrado quebrado, furado, onde delinquentes entravam por determinados locais, dificultando a ação dos vigilantes; então ele pedia que, realmente, a Secretaria não cobrasse daquelas pessoas que estavam em dificuldades para exercerem o trabalho deles, e sim, que desse possibilidades a eles, para desempenharem um pouco melhor aquele tipo de trabalho, como ele disse, faltava material, faltava pessoas para auxiliarem aqueles trabalhos, e muito, estavam vendo as condições dos parques como estavam e que não seria toda a culpa que recaísse sobre aqueles profissionais que estavam lá, de uma certa forma, preservando o patrimônio do Município; disse, ainda, que estavam com dois projetos de lei, do qual, contemplava um adicional por risco de vida aos Guardas Municipais, Diretores da Guarda e Bombeiros Civis, ele gostaria de

estender aquele pedido para que o benefício fosse levado, também, aos vigilantes que tanto pleiteavam aquela benfeitoria e até o momento não obtiveram nada; então, ele esperava que eles conseguissem, através da administração municipal, receber aquele pleito que tanto estavam querendo, ele voltava a dizer que a administração já sinalizou com algum aumento para eles mas, até o momento não veio nada para a Casa e não havia nada para ser votado naquele sentido, ele esperava que em breve pudessem ser contemplados e que aquela Casa pudesse retribuir à eles um pouquinho mais ao salário deles, daquilo que eles desenvolviam no trabalho; comentou, ainda, que citou um fato na semana passada, do qual, estava trazendo um certo trabalho em relação aos funcionários públicos do município e um pouco de perturbação e medo em virtude de se mudar o sistema do Regime Previdenciário do Município; o Município, como todos sabiam, era regido pelo regime CLT, que era o Regime da Federação, o regime onde todos se aposentavam, e estavam querendo mudar para estatutário, dentre uma das peculiaridades que existia no projeto, e eles ficavam preocupados, era que pelo Regime Estatutário, qualquer motivo de greve, ou qualquer tipo de problema naquele sentido, qualquer reivindicação, naquele momento tinha na Casa dois sindicalistas que conheciam muito bem, era remetido para a Justiça comum sendo que, naquele momento, como eram celetistas, recorriam à Justiça do Trabalho, aquilo, realmente, iria trazer um transtorno muito grande, sem contar que tinham exemplos de municípios da região que eram estatutários, onde muitos não receberam aumento nos últimos cinco anos; disse que era prejudicial ao servidor público que estava ouvindo por parte da administração, o anseio de mudar um regime, do qual o Município vinha se consolidando desde mil novecentos e oitenta e nove, e que, voltava a dizer, se tivesse algumas razões do município naquele momento ter uma saúde a nível administrativo, e onde chegaram, foi porque o regime era celetista, se fosse estatutário, realmente, era complicado poder analisar o futuro da Cidade, era muito preocupante e ele esperava que as pessoas que estavam à frente para discutir aquele projeto pudessem trazer aquela discussão o mais breve para a Casa, lá tinha pessoas que conheciam um pouco do regime, pelo menos do regime celetista e ele esperava que pudesse não aceitar aquela barbaridade que estavam tentando propor ao Município; ele disse, novamente, quem sairia perdendo, realmente, eram os funcionários do Município, ou seja, quem poderia ter qualquer tipo de benefício eram os funcionários que ganhavam a mais que o teto da Previdência Social que era três mil e seiscentos reais, aqueles sim, poderiam, ou melhor, deixariam de ter algum benefício porque o restante, teria todo o benefício que toda a nação tinha; enfim, ele pediu aos nobres Pares que

pudessem, num momento oportuno, discutir com bastante calma aquele projeto; disse, ainda, que percebeu que tinha bastante requerimento para limpeza da Cidade e o fato estava, realmente, alarmante e se não faltasse só a limpeza, se via a Prefeitura mandando cartas para os munícipes para que os mesmos murassem os imóveis e, conseqüentemente, fechasse para que a Prefeitura, posteriormente, não adentrasse no terreno e fizesse a limpeza; conseqüentemente, ele voltava a dizer, aquele problema era muito maior em virtude do mato crescendo e o lixo jogado nos terrenos que estavam fechados, a Prefeitura fazendo a limpeza como se fazia antigamente, evitava-se muito o problema de dengue na Cidade; disse que, infelizmente, nos dois últimos anos, tiveram um surto de dengue na Cidade por falta de limpeza que se fazia constantemente na Cidade, e fechando os terrenos baldios, ele voltava a dizer, o mato iria crescer, o vizinho ia reclamar, ia para a Prefeitura, ela iria notificar o proprietário e até o proprietário limpar, a época da chuva já tinha passado, enfim, as coisas que eram ligadas à Saúde Pública, tendia a piorar, principalmente, a questão da dengue que ele voltava a dizer, não era nem tanto culpa do proprietário, eles sabiam que a maioria das pessoas que jogavam lixo no terreno do vizinho, geralmente, era o próprio vizinho ou pessoas que andavam e não tinham onde jogar os entulhos e acabava jogando nos terrenos baldios; então, ele pediu à Administração que pudesse rever aquelas situações e que não tomassem aquela medida tão bruscamente, porque iria trazer um problema sério na questão da Saúde Pública; ele achava que tinha situações onde aquele tipo de serviço por parte da Administração tinha que ser feito; naquele momento encerrou o tempo de uso palavra, e ele desejou boa noite à todos; houve manifestação na assembleia através de palmas; a seguir, faria uso da palavra o Vereador Edison Cardoso de Sá que a passou; fez uso da palavra o Vereador Fábio Augusto Pina que desejou boa a noite à todos, aos alunos da FAJ e que eram todos bem vindos e que aquilo era muito bom para a Casa para poder avaliar o trabalho deles lá; disse, ainda, que concordava com as palavras do Vereador Alfredo Chiavegato Neto quando dizia que a Cidade estava suja, e estava realmente; tudo que era visto no Município e depois se deparavam com a “TV Jaguariúna” no Hospital, as pessoas o paravam na rua e diziam que a espera era tanta no hospital para o atendimento que a “TV Jaguariúna” tentava passar uma imagem a qual Jaguariúna não estava vivendo naquele momento, as pessoas ficavam revoltadas; naquele momento o Vereador fez um apelo ao Executivo que demonstrasse o que, realmente, estava acontecendo em Jaguariúna; tiveram a grata satisfação no dia anterior, no Município, grata nem tanto, porque Jaguariúna estava sempre na mídia, foi exemplo; naquele

momento o Vereador Fábio Augusto Pina perguntou se eles sabiam que Jaguariúna tinha a piscina mais cara do Estado de São Paulo? Disse do valor que era de quatrocentos e sessenta e oito mil reais; disse, ainda, que gostaria de fazer um agradecimento à Vereadora Karina Valéria Rodrigues que trouxe a verba ao Município e que o Executivo não construiu; (naquele momento houve manifestação na assembleia através de palmas), e o Vereador continuou dizendo que não conseguiu executar uma obra no Município e na noite anterior vendo, naquele momento o Vereador Fábio Augusto Pina defendeu um funcionário, Carlos do Planejamento, que era diretor, ele não era responsável pela obra, não, o responsável pela obra era o Secretário de Planejamento que deveria estar lá e o Prefeito, o qual deveria dar explicações, e o mais bonito, na hora em que ele estava vendo o pessoal fazendo a filmagem, a creche, as escolas, todo mundo dizendo que não era só a piscina, tinha a saúde, a limpeza, daí disseram que no ano vindouro iriam voltar, então, ele fazia um convite, ele sabia que muitos estariam estudando, que gravassem ou pedissem para alguém gravar para assistir, na segunda-feira à noite, o CQC, era triste, mas o que iriam fazer, perguntou; disse, ainda, que existia na arbitragem de Jaguariúna, entrando um pouco na área de esporte, tinha uma pessoa que sempre apitava jogos em Jaguariúna e estava sem receber o ano inteiro; agora, o que ele estranhava era que tinha uma outra pessoa, só que a pessoa era vice-presidente da Liga de Futebol, ter recebido no ano de dois mil e dez, em torno de vinte e cinco mil reais para apitar, estava documentado, estava no portal de Jaguariúna, onde as contas estavam, e as pessoas que, realmente, trabalharam e não receberam; ele teve uma informação antes de entrar para a Sessão de um amigo, de um grande amigo, não iria citar o nome e que iria verificar, disse que perderam o Selo Verde do Município, tendo em vista o entulho que estava jogado na Secretaria de Obras, ele e o Vereador Alfredo Chiavegato Neto foram até a ETE, segunda-feira, só tinha uma única bomba de tratamento de esgoto funcionando, a água não estava chegando no tratamento porque tinha estourado a rede da rua Maranhão porque estava bombeando muita água, com muita pressão para um outro condomínio que estava sendo feito, além daquilo tinha quatro retro-escavadeiras quebradas, existia duas “Patrol” em cima, sucateada, dava dó de ver a Secretaria de Obras do Município, dava dó, o Vereador Alfredo Chiavegato Neto havia falado na semana passada dos chuveiros dos vestiários, quem jogava futebol sabia, ele estava num comércio de Jaguariúna e disse até o comércio, ele poderia até matar, não tinha problema, era o Mereus, ele viu um funcionário público entrar e tentar comprar uma válvula hidro para comprar pela Prefeitura, não vendia para a Prefeitura, em

hipótese alguma; disse que era um absurdo, uma Cidade que pagava as contas em dia, os funcionários em dia, tudo em dia, a Cidade vivia limpa, lógico que tinha problemas, tinha, mas não faltava remédios, também, não faltava uniformes para as crianças e naquele momento ele tinha a certeza que os alunos foram convocados a irem lá e tinha certeza que algumas pessoas do Poder Executivo Municipal tentaram induzir, dizendo que não queriam votar o projeto das bolsas e outros tipos de coisas, quando que eles não queriam, quando eles não quiseram? Disse que aquilo era um absurdo, porque eles estavam trabalhando para eles que eram o futuro da Cidade, os Vereadores estavam lá de passagem, o que poderia acontecer um dia, era a Prefeitura não querer pagar a parte dela na FAJ, mas eles fariam a parte deles, poderiam ter a certeza daquilo; havendo manifestação na assembleia o Vereador Fábio Augusto Pina disse, com certeza, se dependesse dele sim; (naquele momento houve manifestação na assembleia com palmas); retomando a fala, ele disse que esperava que as pessoas pudessem acompanhar as mudanças que teve no projeto anterior para aquele ano, ele esperava que todo mundo tivesse conhecimento, ele não sabia quem era a coordenadora e ele esperava que ela tivesse passado para eles a mudança porque para eles foram e estavam discutindo bastante e, se ele tivesse falando alguma coisa que não era verdade, ele estava à disposição para esclarecer qualquer dúvida; disse que era muito bom ter aquelas pessoas lá, ele só tinha que agradecer, era muito bom, ele esperava que viessem mais vezes não só aquela noite; desejou boa noite à todos e era tudo o que tinha para dizer; (houve manifestação na assembleia através de palmas); a seguir, tomou a palavra a Vereadora Karina Valéria Rodrigues (naquele momento houve manifestação na assembleia com vaias); e a Vereadora desejou boa noite à todos e disse que ninguém mais sabia da importância que era o projeto de lei que iriam votar ou tentar votar naquela noite sobre as bolsas da Faculdade, ela dizia aquilo porque mais que ninguém, os alunos sabiam da importância que era ter um desconto de setenta por cento na faculdade, mas só eles sabiam, também, que dificuldade que tinham de pagar a matrícula todo ano para quem tinha bolsa; então, quando alguém tentava manipular, que eles não queriam votar a lei das bolsas, era uma mentira porque ela era a favor que a matrícula também tivesse setenta por cento de desconto; (houve manifestação na assembleia através de palmas); ela dizia aquilo porque muitas vezes, mesmo tendo aquele desconto, alguém que quisesse se candidatar àquela bolsa, tinha que pagar a matrícula antes de saber que teria aquela bolsa; tudo bem, que depois devolviam mas, para quem não tinha grana, teria que pedir emprestado, para pagar a matrícula sem ter a certeza; era complicado; então, ninguém era contra,

disse ao Presidente, à lei do Prouni, só que precisava de ajustes, porque ela também não achava justo que tinha alunos que conseguiram as bolsas e não foram nenhum dia na Faculdade, não estudaram nunca, ficaram em oito “DPs” e o Governo continuava pagando aquela bolsa, uma coisa era ajudar os estudantes, outra coisa era jogar dinheiro fora; então, ela achava que o Município deveria investir nos jovens de bem, que queriam estudar e não aqueles vagabundos que queriam convencer a mamãe e o papai que estavam indo à Faculdade e nunca iam; ela achava, que para ela, disse ao Sr. Presidente, que aquela lei precisava de ajustes, ela achava que no primeiro ano, deveriam votar setenta por cento, se a pessoa não ficasse em nenhuma “DP”, no segundo ano daria setenta e cinco por cento e assim cinco por cento cada ano porque senão acontecia o que acontecia no Governo de São Paulo que um adolescente na Casa Dia – Casa da Febem, custava hum mil e quinhentos reais e o Governo não tinha seiscentos reais para pagar uma faculdade; então, eles precisavam dar valor àquele que queria estudar, àquele que tem frequência e aquele que queria fazer parte e ter um futuro, ela achava, particularmente, e alguém falou que a matrícula era devolvida, mas ninguém comunicava nada, e que o único que frequentava a faculdade, por enquanto, era o Edison, ele estava no primeiro ano de Direito e sabia se tinha que devolver a matrícula ou não, aquela era a colocação dela, ela achava que deveriam investir naqueles que queriam estudar, como emenda dela, teria um percentual que subisse cinco por cento ao ano para os bons alunos da faculdade, ela dizia aquilo e muito bem o Vereador Fábio Augusto Pina havia comentado que o novo projeto de lei aumentava a quantidade de “DPs” que o aluno poderia ter, ela achava que o número de duas “DPs” estava de bom tamanho; (naquele momento houve manifestação na assembléia) e ela disse que tudo bem, ela achava, ela queria que eles entendessem; naquele momento, havendo manifestação na assembléia, o Sr. Presidente Antonio Maurício Cordeiro Hossri pediu para se manter a ordem; dando sequência a Vereadora Karina Valéria Rodrigues disse o que tinha faltado lá, e que seria muito clara e, lamentavelmente, pela lei, não era ela que fazia lei lá dentro, ela achava que deveriam sim, ter dito uma Audiência Pública com aquele pessoal para discutir o projeto de lei e os detalhes daquela lei; havendo manifestação na assembléia, ela disse que concordava e que aquele projeto de lei havia chegado na Casa há pouco tempo, então, ninguém queria prejudicar ninguém; houve manifestação na assembleia e a Vereadora continuou dizendo que aquele projeto de lei estava protocolado; disse, ainda, ao Presidente e que deixava claro que aquela lei era de suma importância e que poderia sofrer adaptações num período de intervalo e ser votada naquela noite,

sem problema nenhum mas, achava que alguns ajustes precisavam ser feitos; ela dizia aquilo porque tinha caso que muitas pessoas não podiam pagar aquela matrícula; respondendo à pergunta de uma pessoa que perguntou se ela trabalhava ou se ele trabalhava, ela achava que estava certo, mas a própria entrevista de conceder a bolsa, deveria ser sábado ou domingo para não atrapalhar o trabalho de ninguém durante a semana, porque as entrevistas eram feitas durante a semana no horário comercial e se a pessoa trabalhava não custava nada as entrevistas serem no sábado e domingo para não atrapalhar ninguém, era aquele tipo de ajustes que poderiam fazer para beneficiar a vida de todo mundo; havendo manifestação na assembléia, ela disse que concordava; e para terminar disse ao Presidente e nobres colegas, que ela lamentava, terrivelmente, que a piscina tenha chegado no CQC; (novamente houve manifestação na assembléia) e ela continuou dizendo que falava aquilo e concordava; havendo manifestação dos presentes na assembleia, o Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri pediu silêncio, e a Vereadora continuou dizendo que ela concordava e havia escutado muito bem que alguém falou, ela esteve no Fantástico, sem problema nenhum, mas deu a entrevista para o Fantástico e o Ministério Público e alguns lá presentes, eram estudantes de Direito, iriam determinar se tinha culpa ou não, mas ela deu a cara; o problema era que existia uma piscina que não funcionava, que vazava água, que ficou muito cara e a população não tinha a piscina; o que ela achava e que não poderiam em nenhum momento, condenar ninguém por antecipação, mas, também, abrir os olhos para as pessoas que deram entrevistas no CQC, eram candidatos no ano vindouro; então, era preciso entender o que era denúncia, o que era concreto e o que era denúncia infundada por partidários políticos; ela só tinha aquilo a dizer e voltava a repetir que eles deveriam estudar no intervalo daquela noite o projeto de lei e talvez fazer alguma emenda, alguma colocação e, sem dúvida alguma que seria importantíssimo que eles conseguissem; outra coisa que ela queria ter a certeza, era se existia nas bolsas de estudos, se os quinhentos alunos eram de Jaguariúna ou não, porque tinham denúncias concretas que tinha muitas pessoas que conseguiam o endereço com um cartão cidadão “fajuto”, falso e conseguia bolsa na faculdade; desejou noite à todos; (naquele momento houve manifestação através de palmas); a seguir, tomariam a palavra os Vereadores Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens que a passaram; fez uso da palavra o Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri que desejou boa noite à todos, aos alunos da Faculdade que eram bem vindos, professores, coordenação; ele enfocou sobre um tema que saiu no jornal do dia anterior, no Correio Popular sobre o custo de cada Câmara

da região, “Câmaras custarão duzentos e trinta e quatro milhões em dois mil e doze”, estava no Correio Popular; ele parabenizou a Câmara de Jaguariúna e também parabenizou o ex-presidente – Fábio Augusto Pina, porque a Câmara de Jaguariúna era a que menos gastava na Região; Jaguariúna tinha uma dotação para dois mil e doze para a Câmara trabalhar, com três milhões, trezentos e sessenta mil reais, com um número de nove Vereadores e uma população de quarenta e cinco mil, novecentos e setenta e cinco pessoas e um gasto per capto de setenta e três reais e oito centavos; então, perante ao que tinha na região, a Câmara tinha trinta funcionários entre parte da administração, jurídico, financeiro, parte da limpeza, vigilantes, entre outros, tinha nove gabinetes, um carro que era pouco usado, somente um carro, não tinha um carro para cada Vereador e o custo da Câmara foi bem baixo perto das demais, no caso a cidade de Paulínia era a que mais investia, o que mais gastava; então, ele parabenizou a Câmara pelo tanto que usufruía, o tanto que usava e o tanto que gastava, lembrando que, no ano de dois mil e nove, o Presidente Fábio Augusto Pina devolveu quase quinhentos mil reais para a Prefeitura, no ano de dois mil e dez devolveu quase quinhentos mil reais para a Prefeitura e no dia trinta e um do doze, o Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri estaria devolvendo quase quinhentos mil reais para a Prefeitura; então, o que tinham, estavam devolvendo para a Prefeitura, sinal que o dinheiro estava sendo usado corretamente; disse, ainda, que quem iria investir na Educação era o Executivo, eles apenas iriam zelar e iriam lutar pela Educação, o Legislativo iria lutar pela Educação, ele como educador fazia questão de lutar pelo pessoal, agora quem iria empenhar e desempenhar o papel era o Executivo, eles apenas fariam o papel deles de aprovar as leis da Casa. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: primeiramente, dos Srs. Maria Nalva Veira Gama, Airton Braulino Jorge, Karina Valéria Rodrigues, Edison Cardoso de Sá, Rainero Venturini, Fabio Augusto Pina e Rubens das Virgens foi apresentado

Requerimento de Urgência Especial para que o Projeto de Lei nº 031/2011, do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o IEJ a fim de dar continuidade ao Programa Municipal Universidade para Todos, e dá outras providências, fosse apreciado em Única Discussão, naquela sessão; em discussão e votação o requerimento de urgência especial, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Edison Cardoso de Sá como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual, suspendeu a sessão; terminado o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do parecer do Relator Especial designado; a seguir, o Sr. Presidente suspendeu a sessão para a elaboração de algumas emendas ao projeto; decorrido o prazo necessário para a elaboração das emendas, o Sr. Presidente reabriu a sessão onde foram apresentadas as seguintes Emendas ao referido projeto, de autoria da Vereadora Karina Valéria Rodrigues: nº 001, substituindo a expressão “02 (duas)”, do inciso III, do art. 7º do referido projeto, pela expressão “03 (três)”; nº 002, incluindo ao inciso I, do art. 4º a expressão “cartão cidadão”. A seguir, o Sr. Presidente colocou em discussão as emendas, de iniciativa da Sra. Karina Valéria Rodrigues: Emenda nº 001, substituindo a expressão “02 (duas)”, do inciso III, do art. 7º do referido projeto, pela expressão “03 (três)”; em discussão, pediu a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que cumprimentou a todos, novamente, dizendo que sua emenda era que no projeto de lei, enviado a Casa, a inadimplência era de dois meses, e já perderia esse benefício, e que ela estava colocando que o aluno poderia atrasar três meses o pagamento, sem perder a bolsa, e achava que com a crise econômica que o mundo vivia, nada mais do que dar uma chance, não de sessenta, mas de noventa dias e não perder a bolsa, e que achava que não teria um impacto tão grande, mas achava que eles tinham que dar a oportunidade na parte financeira para que todos pudessem regularizar e não perder a bolsa; disse esperar contar com o voto dos Vereadores, passando a inadimplência para perder a bolsa de dois para três meses, sem ônus, sem perder a bolsa; agradeceu; houve manifestação na assembléia com aplausos; em discussão e votação foi a referida emenda aprovada por unanimidade de votos; Emenda nº 002, incluindo ao inciso I, do art. 4º a expressão “cartão cidadão”, em discussão e votação foi a referida emenda aprovada por unanimidade de votos; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 031/2011, do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o IEJ a fim de dar continuidade ao Programa Municipal Universidade para Todos, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º

do R.I.); em discussão, pediu a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá que cumprimentou a todos, em especial aos alunos da FAJ, presentes na assembleia, dizendo que o que lhe fazia usar a tribuna, era uma colocação, uma explicação do processo legislativo com relação ao projeto; disse que todos os senhores e senhoras ali presentes, deveriam ter pego, na entrada, a pauta da sessão da Câmara, e que na Sessão tinha a Ordem do Dia, e na Ordem do Dia não estava incluso, nesta pauta, o projeto que tratava da questão do PROUNI Municipal; disse que dizia isso, porque ele não sabia se isso aconteceu, mas se aconteceu, ficava ali já, tal colocação, porque inclusive, tinha alunos ali de sua classe, que tinham prova naquele dia, e não sabia porque cargas d'água estavam ali, e que eles tinham todo o direito, a Câmara era livre, porém, o que acontecia era o seguinte, não era correto ouvir alguém dizer que esta Casa estava omitindo em votar este projeto, porque acontecia que existia ali uma questão, dentro do processo legislativo, que se chamava trâmite, e o trâmite era de quarenta dias para um projeto ser apreciado pela Casa, passava pelas Comissões, onde cada Vereador pertencia a uma determinada Comissão, para se analisar tal projeto, para que não ocorresse esse tipo de problema deles terem que fazer emendas de forma atropelada, porque o projeto não foi discutido com antecedência; disse que não era questão de "A", era uma questão legal, e se eles concordavam ou discordavam, existia um processo, existia uma questão que se chamava "trâmite legislativo", e que existia um Regimento, (houve manifestação na assembléia com vaias, e o Sr. Presidente pediu silêncio); disse que a questão era que ele estava ali explicando, e que isso talvez não agradasse à assembléia, porque eles tinham vindo ali num intuito de que se votasse, e que eles entendendo aquela questão, atropelaram, inclusive, a Ordem do Dia, para votar o projeto, e o que ele queria dizer era que não existia, e nem existiu, interesse da Casa de não votar o projeto, e que queria dizer que, se alguém insuflou contra a Casa, os alunos, dizendo que eles não queriam votar o projeto, era mentiroso, e que era isso que ele queria dizer, era isso que ele estava querendo colocar, porque as coisas tinham que ser claras, porque não adiantava depois falar: "É, mas aqueles Vereadores..." porque depois caía sobre esta Casa uma responsabilidade que, de fato, não era desta Casa, porque se quisesse que discutisse o projeto com antecedência, mandasse com quarenta dias, que aí eles teriam toda tranquilidade de discutir, e não tinham problema de ter ali todas essas pausas que prejudicavam as pessoas da assembleia que tinham que trabalhar no dia seguinte, e que estavam colocando isso, e a questão era que ele queria ali aproveitar, no intuito de dizer que aquele projeto, sabiam do alcance social que ele tinha, ninguém ali estava criticando alguma coisa contra o

projeto, muito pelo contrário, diferentemente daqueles, que diziam que a atual Administração não tinha coisas boas, uma das coisas muito boa, excelente, foi a questão do PROUNI, que tinha um grande alcance social, que fazia ali uma política social, e perguntou como se fazia política social no País e disse que era se fazendo, transferindo renda, e a questão do PROUNI era uma forma de transferir renda, o qual eles apoiavam e colocavam como uma importância para o Município; disse que colocaram ali a questão do PROUNI, só para esclarecer, primeiramente, com relação àquela questão, porque muitas pessoas ficavam incomodadas e criticavam o Vereador, porque sempre era o político que levava a culpa, e não era bem assim, e repetiu não era bem assim; (houve manifestações na assembleia); disse que naquele caso, chamando a todos de queridos, eles não tinham culpa, e que se eles tivessem acompanhado o raciocínio dele, e que eles eram muito inteligentes, se acompanharam o raciocínio, não era culpa da Casa, era culpa do processo que não tinha vindo com antecedência o bastante para se discutir, e que por isso que teve tais momentos ali, e que iriam aprovar, evidentemente, e que só estava ali esclarecendo e contribuindo para que ninguém saísse dali dizendo que a Casa estava se omitindo com relação ao processo, e agradeceu; (houve pequena manifestação na assembleia, e o Sr. Presidente solicitou silêncio); a seguir, pediu a palavra o Sr. Rubens das Virgens que cumprimentou a todos, dizendo de se solidarizar com o nobre Vereador Edison, no sentido da necessidade de se verificar bem a lei antes de votar, pelo seguinte: a rigidez com que ela era tratada depois, porque eles estavam ali felizes, porque tinham diante deles um número de alunos contemplados com a bolsa, só que eles não sabiam e não ouviam, como eles, Vereadores, ouviam, a dor, o sofrimento daqueles que não puderam ter a bolsa como eles tinham; alguns, pela rigidez da lei, às vezes sobrava a bolsa e eles viam alunos, porque a lei dizia o seguinte: que no caso de, ter uma vaga e dois alunos para essa vaga, daria-se a prioridade para quem tinha menos renda, e aí acabavam dizendo que esta pessoa não poderia ter a bolsa porque tinha um valor muito baixo e não iria conseguir, e quem sabia se iria conseguir ou não, era ela, algum parente poderia ajudar; disse que eles, ali na Casa, viam a tristeza das pessoas que vinham no gabinete deles, e ele que ficava na Casa, atendia a todos que o procuravam, vinha na Casa todo dia, ficava em seu gabinete, conversava, atendia, ouvia na rua as pessoas, sabia a quantidade de pessoas que não eram contempladas por coisas assim absurdas; disse que tinham que ver o outro lado da moeda, tinham que verificar antes, porque era muita gente, e que a cada ano se apertava, se dificultava e depois iam ver, não tinham os quinhentos, não sabiam o porquê, uma quantidade ficou

de fora, preencheu os requisitos para ser, e que era complicado para eles, Vereadores, e perguntou se todos tinham entendido; disse ser o que tinha a dizer, agradeceu a todos e desejou boa noite; (houve manifestações na assembléia, com aplausos); a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, em especial aos alunos da FAJ, dizendo que era com grande satisfação que eles podiam estar ali, naquele momento, estar discutindo, ainda mais com a presença maciça de funcionários, de bolsistas, alunos bolsistas da FAJ; parabenizou as palavras do Pastor que foi muito feliz na colocação, ao Edison, também, e disse que o projeto tinha entrado na Casa, para conhecimento dos Vereadores, dia primeiro de novembro, e que estavam naquele dia, no dia dezessete, e que ele foi lido dia primeiro, e que, realmente, cabia a eles discutirem o projeto, isso era fundamental, e voltou a dizer que aquele projeto não tinha data para expirar, era um projeto que já estava na graça do povo, e tal projeto não se modificava mais, ele poderia ser modificado, mas ele não se extinguia mais, a não ser que tivesse algum projeto que o extinguisse; e não ia acontecer isso, e que a Casa, toda vez que viesse tal projeto para a Casa, ele seria votado, e o que cabia a eles, e até aquele era o momento, para eles discutirem, eles estavam num parlamento, aquele era o momento de discussão; disse que sabia que muitos dos presentes tinham perdido aula para vir na Casa, por alguns infundados boatos, porque ligaram para ele, antes da Sessão, colegas seus, que estavam com aqueles presentes na faculdade, falando se iria ter algum problema, e que ele, Vereador, disse que não, que o projeto não estava na pauta, mas se fosse para a pauta iria ser votado, e que não tinha nada, e que seus colegas disseram que eles estavam com prova, iriam perder aula, e que ele disse que eles poderiam estudar, e que eles delegaram, principalmente, os que ligaram para ele, delegaram para ele o voto para que ele fosse ali e respondesse pelos atos da Casa, pelo menos a sua pessoa; falou que tinha a dizer que era com muita satisfação que eles votavam um projeto como aquele, e que ele se lembrava, em mil novecentos e noventa e sete, disse ao Sr. Presidente, Mauricinho, onde o pai do Vereador era Prefeito, e ele, Alfredo, era Presidente da Câmara, e pediu desculpas dizendo que foi em noventa e nove, e que eles receberam o MEC em Jaguariúna, para trazer a FAJ para Jaguariúna, e que eles não acreditariam a dificuldade que foi para trazer uma faculdade para Jaguariúna, e perguntou, por que o intuito de se trazer uma faculdade para Jaguariúna? Disse que além do acesso difícil para as outras faculdades, que era grande, todo mundo sabia, só se tinha a PUCC e a UNICAMP para estudar na região, Pinhal e mais alguma coisa, e que o Município gastava um valor exorbitante com transporte público de aluno, para

essas cidades; disse ter dado um testemunho para os diretores da FAJ, juntamente com o Sr. Mauricio, num quarto do Hotel Jaguari, dizendo o porquê que deveria ter uma faculdade em Jaguariúna, e hoje tinham aí, achava, mais de seis mil alunos estudando na Cidade, e trouxe um enriquecimento brilhante na cultura acadêmica, e que eles estavam ali, a vida acadêmica de uma faculdade, os alunos, enriqueciam demais a cultura; disse que naquele dia estavam discutindo simplesmente, as bolsas que eles estavam sendo beneficiados, o que era singelo, dentre tudo aquilo que já tinha sido feito para que eles, realmente, tivessem um local para prosseguir seus estudos, e a dificuldade era grande, e que estava presente na assembléia a Tina, que era professora, e que eles tiveram a oportunidade de estudar juntos em Campinas, e que eles saíam de Jaguariúna às cinco horas da tarde, todo dia, descia lá na Pena Branca, esperava o ônibus, e perguntou se ela se lembrava disso, iam para Campinas, chegavam de volta meia noite, uma hora da manhã, mais ou menos, e confirmou com a pessoa na assembléia, e ainda desciam o barranco correndo, e que era complicado; disse, entre outras coisas, que o mínimo que o Governo deveria fazer, realmente, era dar essas bolsas a pessoas que não tinham esse tipo de benefício, era o mínimo, e era humanamente... e que não se podia acusar esta Casa, e voltou a dizer que se alguém usou deles de massa de manobra para vir na Casa e de uma forma pressionar aos Vereadores, disse que era para que eles procurassem saber um pouquinho mais, porque nunca eles, Vereadores, iriam saber isso, e que, principalmente, ele poderia dizer isso com o maior peito aberto, e que ele nunca faria isso, sendo uma pessoa que defendeu tanto a FAJ, desde os primeiros dias na Cidade, e disse que não foi fácil trazer a faculdade para cá, começaram com um curso, dois, no barracão, lá, a própria comunidade de Jaguariúna sabendo do apoio do Município, e que havia esse questionamento, o que acontecia e tinham que entender era que o Município, pela Constituição Federal, só podia gastar no Ensino Fundamental, e pediu para que imaginassem desviar recursos para Ensino Superior! Disse que era difícil; voltou a dizer aos presentes que, quando acontecesse um fato como aquele, a lei, e voltou a dizer, a lei não expirava nunca, e que se pegassem a lei ela não tinha prazo de validade, e o que ela estava fazendo ali era uma adequação, aumentando o número de anos, enfim, nada mais justo, e outras adequações que eles estavam ali discutindo, e que aquele era o momento de discutir; disse que o Edison falou que o trâmite na Casa, um projeto de urgência, urgência, frisou, eram quarenta dias, urgência; disse que era por isso que as coisas, às vezes, não caminhava no Congresso, porque as coisas eram burocráticas; comentou ser o momento, e que o Pastor foi muito brilhante, e quantas pessoas que não tiveram a bolsa e vinham com os

Vereadores reclamarem que não tinham sido beneficiados porque tinha aquele artigo na lei, enfim... disse que tinham o representante da Casa que fazia parte da Comissão das bolsas, e ela estava participando aos Vereadores sempre daquilo que acontecia, das mudanças, e que eles sabiam das mudanças que seriam propostas, e ela, realmente, tinha cobrado deles que tinham que votar o projeto o mais breve possível, e voltou a dizer que não traria o prejuízo para ninguém em votar aquele projeto dia sete de dezembro, e que o projeto de lei era o mesmo, não mudava em nada, e disse que além daquele projeto eles tinham inúmeros projetos, tinham uns quinze naquele dia, e mais uns dez para votar até o final do ano, e que já tinham comentado com o Presidente, no dia anterior, na reunião, que eles precisavam fazer mais uma sessão extraordinária, para votar tudo isso daí; disse que era louvável a presença dos alunos na Casa, e esperava que, realmente, viessem participar, não só naquela discussão, mas de todas aquelas que aconteciam na Casa, porque, realmente, precisavam da difusão daquilo que era discutido ali, porque muitas coisas que eram discutidas ali ficava na Casa, não tinham a ressonância que deveria à população; voltou a dizer que era para eles não se deixarem levar por algumas informações que eram infundadas, e que era só isso, que eles não se deixassem ser utilizados por massa de manobra, que não era essa a questão, e que podiam ter certeza que a FAJ tinha todo o apoio da Municipalidade que era possível, e falava isso por ele e sabia que os outros Colegas pensavam da mesma forma, mas que era uma satisfação eles estarem ali, recebendo-os, e que a turma já falava que eles, Vereadores, não trabalhavam muito, e quando eles tinham uma sessão extensa assim, que eles estavam trabalhando um pouquinho já reclamavam que eles estavam falando muito ou pouco, exclamou, mas que era a função deles, naquele momento; pediu a compreensão de todos e disse que era uma satisfação receber a todos na Casa, e que eles viessem sempre, e que tivessem paciência, porque o processo legislativo era assim e o momento democrático tinham que respeitar a opinião de cada Vereador ali, declinando seu voto “sim” ou “não”; disse esperar que eles tivessem compreendido o porquê da demora, e que o Edison muito bem disse que eles tinham reuniões todas as segundas feiras para discutirem a pauta, para que não acontecesse deles ficarem esperando uma emenda que tinha que ficar pronta de última hora, e que essas coisas ficavam chatas, tinham que suspender a sessão, e que isso não era para acontecer, porque se discutia antes, só que aquele projeto ficou para se discutir na próxima sessão, era isso o fato, e que houve a mobilização, tudo bem, e que tinham que respeitar, eles fizeram o correto, e que era o momento de vir na Casa e solicitar e cobrar deles, Vereadores; esperava que eles saíssem contentes com o trabalho

da Casa, porque ele tinha certeza que os nobres Vereadores fizeram de tudo para poder deixá-los contentes naquele momento; parabenizou a todos pela bolsa e desejou sucesso; (houve manifestações na assembleia com aplausos); a seguir, pediu a palavra o Sr. Airton Braulino Jorge que cumprimentou a todos, dizendo que queria acrescentar mais uma informação, e que todos os colegas que lhe antecederam foram brilhantes, mas ficou faltando uma informação e que achava que essa era fundamental; disse que a reunião de Comissão ocorreu, sim, como o nobre Vereador disse, toda a segunda-feira, eles faziam a reunião, e não foi diferente, e que eles fizeram a reunião na outra segunda-feira, antes do feriado, e no projeto, muitas dúvidas apareceram para eles, tipo: número de DP, e que era difícil eles definirem um número de DPs, porque sabiam que existiam cursos que eram mais apertados, existiam aqueles que se conseguia passar sem tanta DP, e que na sua época de estudante nem tinha, repetia mesmo direto, mas enfim... e que nem iria falar o ano em que ele estudou; dúvidas com relação ao Cartão Cidadão, e outras tantas dúvidas que pintaram na cabeça deles, e que antes deles partirem para uma segunda discussão a respeito do projeto, o que pleiteavam: convidar a Administração da FAJ para que viessem na Casa, se reunir com os Vereadores, discutir com os Vereadores e aí, sim, saírem preparados e conscientes de que estariam fazendo uma coisa correta, que não estariam votando a toque de caixa, como o Pastor bem falou, que depois que votava, virava lei, aí não tinha mais discussão; disse que só queria deixar registrado isso, se dirigiu ao Sr. Presidente, porque ele tinha uma estima muito grande pelo pessoal da FAJ, sempre que convidavam, eles vinham na Casa discutir com eles, e eles sempre foram atendidos, desta vez não sabia porquê não os atenderam, mas sempre que os convidavam o pessoal da FAJ para se reunir com os Vereadores, eram para ter certeza que era para defender o interesse dos senhores, presentes na assembléia, porque eles, enquanto Legislativo, tinham poder, um estudante sozinho, ele iria ficar malhando ferro frio e ele não iria chegar a lugar nenhum; disse que era para eles enxergarem esta Câmara como fiel parceira deles, e a porta estava aberta sempre para eles, e que queria até lembrar que se existia um PROUNI Municipal foi porque esta Câmara aprovou, porque o Executivo mandava o projeto, mas se não tivesse a aprovação dos Vereadores o projeto não vingaria; disse que a Câmara aprovou e jamais, hoje, votariam contra uma coisa que eles aprovaram no passado; disse ao Sr. Presidente que ele queria concluir, dizendo que todos os dias chegavam aos ouvidos deles verdades e mentiras, e cabia a eles a sabedoria para diferenciar um do outro, desejou boa noite e agradeceu; a seguir, pediu a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que cumprimentou a todos, mais uma

vez, dizendo que só gostaria de entender porque quem fez o projeto de lei não colocou um representante dos alunos, porque no projeto de lei tinha um representante da Secretaria de Educação, da Câmara Municipal, da Secretaria de Esportes, da Diretoria da FAJ, e disse que achava que eles, para o próximo ano, ficava esse desafio, se organizarem, e que alguém deles, um representante dos estudantes participassem das sessões para escolher quem iria receber as bolsas, e que achava que mais que “a” ou “u”, era procurar os direitos de querer fazer parte dessa Comissão, e eles terem representatividade, porque ela achava que seu partido sempre defendeu a UNE, com seus defeitos, com suas virtudes, mas achava que a união e um representante dos alunos nesta Comissão, daria muito mais legitimidade à escolha das bolsas, e em nenhum momento os viu reivindicando isso, então quem talvez, supostamente, em tese, fez aquele agito social com eles, gostaria que antes da sessão, os alunos da FAJ, tivessem vindo com um nome para fazer parte desta Comissão e fazer parte das escolhas; disse que era para eles pensarem que eles eram a alma da FAJ, eles eram quem construía a FAJ, e nada mais justo seria ter um representante dos estudantes nesta Comissão, e não saíssem, disse ao Vereador Fred, com a ideia nem que a FAJ, nem a Faculdade, nem a Prefeitura, estava fazendo um favor a eles, porque esta grana que a FAJ estava dando de bolsas, ela tinha isenção de impostos, isso; disse achar que para o próximo ano tinham muitas coisas a serem discutidas: as cotas, um representante dos alunos nesta Comissão, e o mais importante, que os alunos soubessem da transparência em escolher quem ganhava essas bolsas; desejou boa noite; (houve manifestações na assembléia com aplausos). A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 031/2011, do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o IEJ a fim de dar continuidade ao Programa Municipal Universidade para Todos, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; (houve manifestações na assembléia com muitos aplausos); a seguir, dos Srs. Edison Cardoso de Sá, Rubens das Virgens, Fábio Augusto Pina, Alfredo Chiavegato Neto, Karina Valéria Rodrigues, Rainero Venturini, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Airton Braulino Jorge e Maria Nalva Vieira Gama foi apresentado Requerimento de Urgência Especial para que o Projeto de Lei nº 032/2011, do Executivo Municipal, que dispõe sobre fornecimento de “Cesta de Natal” aos servidores da Prefeitura, fosse apreciado em Única Discussão, naquela sessão; em discussão e votação o referido requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Alfredo Chiavegato Neto como Relator Especial para examinar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido o prazo

necessário para a feitura do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do parecer do Relator Especial designado; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 032/2011, do Executivo Municipal, que dispõe sobre fornecimento de “Cesta de Natal” aos servidores da Prefeitura (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.); em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, dos Srs. Edison Cardoso de Sá, Rubens das Virgens, Fábio Augusto Pina, Alfredo Chiavegato Neto, Karina Valéria Rodrigues, Rainero Venturini, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Airton Braulino Jorge e Maria Nalva Vieira Gama foi apresentado Requerimento de Urgência Especial para que o Projeto de Resolução da Mesa da Câmara Municipal, lido naquela sessão, que dispõe sobre a concessão de Cesta Natalina aos servidores da Câmara Municipal fosse apreciado em Única Discussão, naquela sessão; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Alfredo Chiavegato Neto como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão; terminado o prazo necessário para a feitura do parecer, o Sr. Presidente reabriu a Sessão, determinando a leitura do parecer do Relator Especial designado; a seguir, em Única Discussão, foi apreciado o Projeto de Resolução nº 005/2011, da Mesa da Câmara Municipal, que dispõe sobre concessão de Cesta Natalina aos servidores da Câmara Municipal (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). Em discussão e votação, foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; a seguir, dos Srs. Edison Cardoso de Sá, Rubens das Virgens, Fábio Augusto Pina, Alfredo Chiavegato Neto, Karina Valéria Rodrigues, Rainero Venturini, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Airton Braulino Jorge e Maria Nalva Vieira Gama foi apresentado Requerimento de Urgência Especial para que o Projeto de Lei que autoriza o Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, objetivando delegar ao Estado o exercício das atribuições que especifica, e conceder pro labore aos servidores públicos estaduais, da forma que especifica, e dá outras providências, encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 058/2011, fosse apreciado em Única Discussão, naquela sessão; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Airton Braulino Jorge como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão; terminado o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do Parecer do Relator Especial Designado; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº

034/2011, do Executivo Municipal, que autoriza o Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, objetivando delegar ao Estado o exercício das atribuições que especifica, e conceder pro labore aos servidores públicos estaduais, da forma que especifica. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.); em discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, dos Srs. Karina Valéria Rodrigues, Edison Cardoso de Sá, Rainero Venturini, Airton Braulino Jorge e Maria Nalva Vieira Gama foi apresentado Requerimento de Urgência Especial para que o Projeto de Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para celebrar termos diversos com a Federação Paulista de Futebol visando sediar a Copa São Paulo de Futebol Junior – 2012, e dá outras providências, encaminhado através do Ofício DER nº 062/2011, fosse apreciado em Única Discussão, naquela sessão; em discussão e votação o requerimento de urgência especial, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Airton Braulino Jorge como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual, foi suspensa a sessão; decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do parecer do Relator Especial, favorável ao projeto; a seguir, em Única Discussão, foi apreciado o Projeto de Lei nº 037/2011, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para celebrar termos diversos com a Federação Paulista de Futebol visando sediar a Copa São Paulo de Futebol Junior – 2012, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.); em discussão, pediu a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que cumprimentou a todos, dizendo ao Sr. Presidente que tinha uma dúvida quanto ao projeto, e que no ofício dizia que o Executivo autorizava o uso do Estádio, mas não era a Ponte Preta que estava usando, perguntou, quem tinha que autorizar? Disse que não estava entendendo, mas estava ali, e pelo que ele sabia era a Ponte Preta que estava usando o Estádio Municipal, sem lei, e que ali o Executivo...; disse, entre outras coisas, que aquele projeto tinha vindo tarde, porque foi publicado nos veículos de comunicação que a Copa São Paulo já estaria no Município, então, não sabia se teria tanta relevância eles votarem; disse que, de um ano para o outro, se ele não se enganava, foram trezentos e quantos mil, perguntou ao Presidente, no ano passado, e o Presidente respondeu, e ele perguntou porque naquele ano seria cento e cinquenta mil, perguntou, houve uma deflação no Município? Disse, então: “Ah! O Corinthians gastava menos!” Fazer o quê, disse; entre outras coisas disse que tinha que arrumar, ainda, um hotel três estrelas, e que já

deveria estar contratado hotel como no ano anterior, também; alimentação: cinco refeições diárias para quatro times, sendo que o nobre Vereador teve até que fazer o projeto para a diabetes, e que agora eles iriam sustentar os jogadores no Município, com transporte, lavanderia, segurança, mas, tudo bem, dava mídia, exclamou; melhor que o CQC, mas estava bom, iam, que iam; comentou sobre os médicos, e que tinha gente que ligava para ele que desde às sete horas da manhã estavam no Pronto Socorro, eram duas horas da tarde, sem almoçar, e não foi atendida, mas estavam assistindo à TV Jaguariúna, era um começo, e tinha que ter um médico por partida, então, iria ser atendidos na hora; disse achar que existiam outras prioridades, e que não estava dizendo que não fosse, mas achava que existiam outras prioridades para o Município; questionado no Plenário, respondeu comentando que estava na lei, no parágrafo único, do artigo segundo: “A entidade autoriza... o Estádio poderá cobrar ingresso, exceto dos munícipes que apresentarem o Cartão Cidadão”; e ainda utilizar o local para fazer propaganda; disse achar que aquele projeto, além de chegar tarde nesta Casa, porque já foi publicado, que já viria para cá, e ainda achava que tinham que fazer uma emenda pedindo a anuência da Ponte Preta, que usava o Estádio, será que eles não iriam ter jogos, lá? Disse que era o que queria dizer, e desejou boa noite; a seguir, tomou a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que disse ao Sr. Presidente, achar toda expressão esportiva importante, e que ela, realmente, ficava preocupada com a Copinha São Paulo, mesmo sendo um evento importante no Estado, que muitas vezes os times de futebol não conseguiam ter, achava, os recursos para seus uniformes e tudo; disse que um munícipe, o David falou, e era verdade que o assistente do Fantástico, o José Orlando, porque o Zé Orlando além de técnico de bocha, ele era assistente do Fantástico, porque ele que denunciou sua entidade para o Fantástico, e que ele tinha várias ações, assessor de trânsito, porque ele recebia como assessor de trânsito, como técnico de bocha, e aí deveria receber algum dinheiro do Fantástico também, mas essa mesma pessoa quando Secretário de Comunicação, ao transmitir os jogos da Copinha, cobrava das empresas patrocínio para supostamente comunicar os jogos, transmitir os jogos, que seria legal, seria um subsídio para a Rádio, para manter, comprar mais antenas, CDs, só que esse dinheiro nunca chegou na Rádio, e eles descobriram, e, realmente, estava; disse achar que talvez, disse ao Fábio, não fosse o caso de que os jogadores não precisassem de cinco refeições e um médico, mas achava que todos os outros esportes deveriam ter isso; e que dizia isso, até justificando, a Secretaria de Esportes que estava com seu partido porque, hoje, a Secretaria de Esportes tinha cinquenta mil reais por mês para tocar todos os projetos que ela

tinha, e que era muito pouco; disse achar que eles precisavam criar uma política de esportes; disse que muitas coisas, dizia-se de passagem, foram feitas, como ela concordava com o Vereador e ela foi grande acusadora disso, que a Ponte Preta, realmente, estava usando o campo do Município para formar jogadores, quando vender para a Europa ou algum país, ficava com o lucro e o Município continuava arrumando o campo, e aí se tentava fazer marketing, porque uma criança de Jaguariúna passou na peneira da Ponte Preta, enquanto isso o Município pagava o campo, o transporte, tudo; disse que defendia que eles deveriam criar uma política esportiva no Município, uma política de saber se eles iriam partir, disse ao Dr. Airton, para o alto rendimento para esporte educacional, ou esporte de participação, e o ideal era que tivessem as três esferas, participação da terceira idade, dos deficientes físicos, enfim, alto rendimento, seriam esses atletas que chegavam em jogos abertos, regionais, talvez que saíssem para Americana, um mundial, uma olimpíada, e o esporte educacional como forma de inclusão social, que tinham vários projetos pela Cidade; disse ao Fábio que, realmente, achava que a Copinha era um grande evento para o Município, entendia que se tivesse outras prioridades, fora isso, que eram os custos que não estavam embutidos neste projeto: a segurança dos jogos, das torcidas, enfim, e que, realmente, achava que era um evento importante, que não o considerava prioritário para este momento, e também achava que por se tratar de um evento sem fins lucrativos, o ingresso deveria ser grátis para todo mundo, ou na pior das hipóteses era saber esse ingresso cobrado para quem ia, porque se ele ficasse para Estádio para colocar cadeiras, arrumar a grama, comprar postes de iluminação, ótimo, era que não se sabia até da mesma forma que o Dr. Airton colocou ali, porque até aquele momento o Teatro não mandou onde ia o dinheiro do Teatro, que o Vereador tinha solicitado há algum tempo, já, e que eles ainda, não sabiam, porque o Dr. Airton fez um pedido, não se lembrava ali, e o Teatro ainda não havia falado onde ia do Teatro, o dinheiro dos ingressos do Teatro, onde ia, porque era uma dúvida que ela tinha, porque a pessoa pagava cinquenta reais para ir no Teatro, e não ia, ia pagar trinta para assistir ao jogo e não ia, então, ela, realmente, não sabia onde este dinheiro estava indo, e que era só isso que tinha para falar, e que achava que não era destruindo as coisas boas, disse ao Fábio, e desvalorizar, o que não estava certo, achava que tinha que ter a Copinha, mas ao mesmo tempo tinha que ter apoio para os times de futebol, porque senão, e ali queria aproveitar, publicamente, o Gerson do Gás, todos os times tinham que arrumar um patrocinador, tinha o Gerson do Gás, tinha alguns que ela ajudava e tudo, e ao Gerson do Gás queria dar os parabéns, porque o time dele

tinha sido campeão, e que começou com o pé direito, disse ao Gerson, e disse que achava importante esse apoio, mas que a Prefeitura podia criar, disse ao Fred, uma bolsa atleta municipal, alguma coisa, para que eles pudessem ajudar, mas a princípio, achava aquele evento importante, e parabenizava o Mauricinho que foi o grande responsável no primeiro ano de ir na Federação paulista, e trazer o time para lá, e perguntou se foi o Palmeiras o primeiro, ao Sr. Presidente, e ele disse que foi o São Paulo, depois o Palmeiras, e agora o Corinthians, fato que mostrava que estavam caindo em qualidade ano a ano, porque o Corinthians no último ano, ficava difícil; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que disse que não iria falar mal do Palmeiras, disse ao Vereador, principalmente, mesmo porque em sua casa todo mundo era palmeirense, a maioria de seus tios eram palmeirenses e corinthianos, e que estava na Casa o Zé Roberto e que eles estavam falando, naquele dia, e inclusive seu pai, que era palmeirense estava torcendo para o Corinthians, no dia anterior, e que era verdade, em memória à sua Avó que torcia para o Corinthians, naqueles vinte e três anos que ficou naquela espera, viu o sofrimento dos filhos dela, e ela acabou sendo torcedora do Corinthians, porque rezava tanto para o Corinthians ser campeão, e nunca era, e ela acabou virando corinthiana em virtude disso, e que no dia anterior, seu pai tinha torcido bastante para o Corinthians; disse que queria falar da Copinha, e que ia ali declinar seu voto contrário ao projeto de lei em virtude daquilo que ele estava vendo em todos os finais de semana nos parques e espaços de esportes do Município, sendo eles deteriorados a cada dia, voltava a dizer, que ele esteve na semana retrasada na Roseira, onde ele ouviu, por diversas pessoas que vieram e ele reclamar com ele, com a situação dos vestiários, dos campos de futebol, do gramado, enfim, todas as situações que estavam, que circundavam o momento de recreação amadora, e ele não poderia estar comunhando com um valor, no seu modo de ver, expressivo, cento e cinqüenta mil reais pra receber times que, geralmente, ficavam acomodados em fundos de arquibancadas em seus locais de, e não iria dizer, São Paulo, Corinthians, enfim, mas as grandes agremiações que participavam da Copinha, vinham de longe, passavam dificuldades, dormiam em ônibus, e acreditava que qualquer acomodação que fosse digna para eles era grandiosa, em virtude daquilo que Jaguariúna poderia oferecer para receber uma Copinha; disse que tinham aí o exemplo de que a Ponte Preta estava utilizando o Estádio Municipal, e voltava a dizer, sem uma legislação, e por que não ter uma legislação e a contrapartida para que se pudesse usar o campo, que assumisse os custos com a Copinha, para quem utilizava do espaço, e que era aquilo que a Vereadora Karina falou, a respeito

do legado social, e que ele não iria votar, não iria ficar contente em votar aquele projeto, e voltava a dizer, porque os diversos times da Cidade, que praticavam um esporte amador de recreação, não só futebol, tinha outras modalidades, também, estavam passando por dificuldades, não tinham o respaldo necessário para exercerem suas atividades físicas, e voltou a dizer que as praças, os estádios, os campos de futebol estavam sem o mínimo de manutenção, não tinha material higiênico para o pessoal, principalmente, nos banheiros, papel higiênico, a não ser que tinham colocado naquele momento, mas até domingo anterior, não tinha papel higiênico, chuveiros quebrados, enfim, era vergonhoso; as bolas ruins, sem contar aí as dificuldades que se via para que os times pudessem competir, e viam aí, pessoas que gostavam do esporte ajudando de uma forma, onde a Prefeitura poderia colaborar muito mais; disse que os cento e cinquenta mil reais para ele era muito recurso, e ele iria votar contrário àquele projeto; a seguir, em votação o Projeto de Lei nº 037/2011, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para celebrar termos diversos com a Federação Paulista de Futebol visando sediar a Copa São Paulo de Futebol Junior – 2012, e dá outras providências, foi o referido projeto aprovado por seis votos favoráveis, sendo dois contrários dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto e Fábio Augusto Pina. A seguir, em Única Discussão foram apreciados os seguintes projetos: 1. Projeto de Lei nº 020/2011, do Executivo Municipal, que denomina espaço de lazer do Núcleo Urbano Parque Ana Helena como “Francisco José Bizzo”. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). Leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo. Em Discussão e Votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 030/2011, do Executivo Municipal, que institui no calendário de eventos do Município o “Dia Municipal de Clamor pela Paz”. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). Leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. A seguir, em Discussão e Votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; 3. Projeto de Decreto Legislativo nº 007/2011, da Sra. Karina Valéria Rodrigues, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. Plínio Franceschini. (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, IV do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e Votação Secreta, primeiramente, o

Sr. Presidente determinou a feitura da chamada para verificação de “quorum”, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco; a seguir, o Sr. Presidente determinou a distribuição de cédulas aos Vereadores, por ele rubricadas; em seguida, determinou a feitura da chamada para colocação dos votos na urna; feita a votação, o Sr. Presidente convidou os Vereadores Karina Valéria Rodrigues e Rainero Venturini para ajudarem na apuração e contagem dos votos; a seguir, o Sr. Presidente proclamou o resultado: nove votos favoráveis; o Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “i”, “3” do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, II da Lei Orgânica do Município. Assim sendo o Projeto de Decreto Legislativo nº 007/2011, da Sra. Karina Valéria Rodrigues, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. Plínio Franceschini, foi aprovado por unanimidade de votos; 4. Projeto de Decreto Legislativo nº 008/2011, da Sra. Karina Valéria Rodrigues, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Benemérito”, ao Ilustríssimo Sr. Ildefonso Ferrari (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, IV do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e em Votação Secreta: primeiramente, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada para verificação de “quorum”, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco; a seguir, o Sr. Presidente determinou a distribuição de cédulas aos Vereadores, por ele rubricadas; em seguida, determinou a feitura da chamada para colocação dos votos na urna; feita a votação, o Sr. Presidente convidou os Vereadores Karina Valéria Rodrigues e Rainero Venturini para ajudarem na apuração e contagem dos votos; a seguir, o Sr. Presidente proclamou o resultado: nove votos favoráveis; o Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23,

II, “i”, “3” do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, II da Lei Orgânica do Município. Assim sendo o Projeto de Decreto Legislativo nº 008/2011, da Sra. Karina Valéria Rodrigues, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Benemérito”, ao Ilustríssimo Sr. Ildefonso Ferrari, foi aprovado por unanimidade de votos; 5. Projeto de Decreto Legislativo nº 012/2011, da Sra. Maria Nalva Vieira Gama, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. Dr. Olivo Grandó Filho. (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, IV do R.I.). Leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade, com exceção do Vereador Fábio Augusto Pina, que não assinou o parecer em conjunto; Em Discussão e em Votação Secreta: primeiramente, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada para verificação de “quorum”, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco; a seguir, o Sr. Presidente determinou a distribuição de cédulas aos Vereadores por ele rubricadas; em seguida, determinou a feitura da chamada para colocação dos votos na urna; feita a votação, o Sr. Presidente convidou os Vereadores Karina Valéria Rodrigues e Rainero Venturini para ajudarem na apuração e contagem dos votos; a seguir, o Sr. Presidente proclamou o resultado: cinco votos contrários sendo quatro votos favoráveis; o Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “i”, “3” do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, II da Lei Orgânica do Município. Assim sendo o Projeto de Decreto Legislativo nº 012/2011, da Sra. Maria Nalva Vieira Gama, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. Dr. Olivo Grandó Filho foi rejeitado por cinco votos contrários, sendo quatro votos favoráveis; 6. Projeto de Decreto Legislativo nº 013/2011, da Sra. Maria Nalva Vieira Gama, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. Evangelista Vanderley Neves da Silva. (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, IV do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e em Votação Secreta: primeiramente, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada para verificação de “quorum”, onde foi anotada a presença dos

seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco; a seguir, o Sr. Presidente determinou a distribuição de cédulas aos Vereadores, por ele rubricadas; em seguida, determinou a feitura da chamada para colocação dos votos na urna; feita a votação, o Sr. Presidente convidou os Vereadores Karina Valéria Rodrigues e Rainero Venturini para ajudarem na apuração e contagem dos votos; a seguir, o Sr. Presidente proclamou o resultado: cinco votos contrários sendo quatro votos favoráveis; o Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “i”, “3” do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, II da Lei Orgânica do Município. Assim sendo o Projeto de Decreto Legislativo nº 013/2011, da Sra. Maria Nalva Vieira Gama, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. Evangelista Vanderley Neves da Silva, foi rejeitado por cinco votos contrários, sendo quatro votos favoráveis; 7. Projeto de Decreto Legislativo nº 014/2011, da Sra. Karina Valéria Rodrigues, que dispõe sobre concessão da “Medalha e o Diploma do Mérito Desportivo e Cultural” ao Sr. Celso Silvério França. (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, IV do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, e de Orçamento, Finanças e Contabilidade Em Discussão e em Votação Secreta: primeiramente, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada para verificação de “quorum”, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco; a seguir, o Sr. Presidente determinou a distribuição de cédulas aos Vereadores, por ele rubricadas; em seguida, determinou a feitura da chamada para colocação dos votos na urna; feita a votação, o Sr. Presidente convidou os Vereadores Karina Valéria Rodrigues e Rainero Venturini para ajudarem na apuração e contagem dos votos; a seguir, o Sr. Presidente proclamou o resultado: oito votos favoráveis e um contrário; o Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “i”, “3”

do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, II da Lei Orgânica do Município. Assim sendo o Projeto de Decreto Legislativo nº nº 014/2011, da Sra. Karina Valéria Rodrigues, que dispõe sobre concessão da “Medalha e o Diploma do Mérito Desportivo e Cultural” ao Sr. Celso Silvério França, foi aprovado por oito votos favoráveis, sendo um contrário. A seguir, em Segunda Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei Complementar nº 001/2011, do Sr. Vereador Alfredo Chiavegato Neto, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 37, de 16 de maio de 1997, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50 , § 1º, I do R.I. cc Art. 42 da LOM). Com emendas já aprovadas. Em Discussão e Votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 016/2011, do Sr. Vereador Edison Cardoso de Sá que dispõe sobre o fornecimento de alimentação diferenciada para crianças e adolescentes portadores de diabetes nas escolas públicas municipais. Em Discussão e Votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; Em seguida, em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei nº 006/2011, do Sr. Vereador Alfredo Chiavegato Neto, que dispõe sobre denominação de logradouro situado no conjunto habitacional “12 de Setembro”. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo. Em Discussão e Votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 018/2011, da Sra. Karina Valéria Rodrigues, que dispõe sobre denominação do Telecentro de Informática Comunitária do Parque Serra Dourada localizado no Bairro João Aldo Nassif. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo. Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Projeto de Lei nº 019/2011, da Sra. Karina Valéria Rodrigues, que dispõe sobre denominação de logradouro situado no bairro Roseira de Cima. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo. Em Discussão e Votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; 4. Projeto de Lei nº 028/2011, da Sra. Maria Nalva

Vieira Gama, que inclui no Calendário Oficial a Feira das Artes e do Empreendedor Individual no Município de Jaguariúna e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, do R.I.). Primeiramente, foi feita leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e Votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): Faria uso da palavra a Vereadora Karina Valéria Rodrigues que a passou; fez uso da palavra o Vereador Fábio Augusto Pina que desejou boa noite à todos e disse que no intervalo, ele esteve conversando com algumas pessoas e ele sabia que existia em torno de sessenta funcionários públicos que tinham Unimed pelo convênio e era descontado em folha aquele valor da Unimed, o qual tinham algum subsídio, algum benefício a mais; teve uma funcionária naquele dia, ele não iria citar o nome para não ser deselegante, ele disse a ela que não falaria o nome, mas não foi repassado até aquele momento, às cinco horas da tarde pelo que ela disse, era que estava suspenso os benefícios dela; ele gostaria de pedir encarecidamente que uma vez descontado, era crime não pagar, ele entendia que aquilo era um crime; então, se fosse verdade aquilo, e ele acreditava que fosse, que resolvesse da melhor maneira possível, era só o que ele tinha a dizer; a pessoa teve um constrangimento quando foi fazer a consulta em Campinas naquele dia; era o que ele tinha a dizer e desejou boa noite. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia seis de dezembro de dois mil e onze, terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta horas. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

**Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri**  
**Presidente**

**Vereador Fábio Augusto Pina**  
**Vice-Presidente**

Referente à Ata da 27ª Sessão Ordinária, realizada aos 17 de novembro de 2011.-

**Vereador Rubens das Virgens**  
**Primeiro Secretário**

**Vereador Alfredo Chiavegato Neto**  
**Segundo Secretário**



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

## CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

**VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO**  
Presidente da Câmara

